Render a guarda	9,00
Rancheiros ao pão	9,15
Rancheiros	9,30
Almôço	9,40
Vestir a guarnição (em seguida ao almôço).	
Embarque dos oficiais inferiores	10,00
Render o serviço (excepto o oficial)	10,30
Embarque dos oficiais	11,00
Formatura geral	11,15
Visita sanitária	11,20
Revista de material	11,25
Render o serviço (o oficial)	11,30
Instrução, exercícios e serviços gerais, das 11,30 às	15,45
Rancheiros	15,55
Licença dos oficiais e oficiais inferiores	16,00
Jantar	16,10
Vestir as licenças	16,40
Revista das praças com licença	16,55
Saída das praças com licença	17,00
Formatura e distribuição de macas	20,30
Silêncio	21,30

Nota

a) Aos sábados não há instrução, aproveitando-se o tempo correspondente para as revistas regulamentares e tratamento de uniformes, findo o que o pessoal pode sair com licença.

b) Aos domingos e dias feriados não há igualmente instrução e findas as revistas normais e rendidos os serviços o pessoal pode sair com licença.

c) De 9 de Abril a 1 de Outubro os serviços até as oito horas são adiantados de uma hora, salvo se a hora legal fôr adiantada da mesma fracção de tempo.

Paços do Governo da República, 24 de Março de 1928.— O Ministro da Marinha. *Agnelo Portela.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral das Indústrias

1.ª Repartição Industrial

Decreto n.º 15:240

Considerando que a publicação do decreto n.º 14:978, de 1 de Fevereiro do corrente ano, deu lugar a dúvidas, que convém esclarecer;

Considerando que várias reclamações foram apresentadas, algumas das quais devem ser atendidas;

Considerando que, nos termos dos decretos de 1 de Julho de 1911 e de 15 de Março de 1913, nem em todos os estabelecimentos de venda de bebidas ao balcão é exigido que os copos usados nessa venda sejam aferidos, embora todos tenham de ser medidas certas;

Considerando que não há motivo para deixar de incluir as tabernas nas excepções compreendidas pelo § 1.º do artigo 10.º do decreto de 1 de Julho de 1911;

Considerando que se deve providenciar no sentido de evitar abusos em reclamações ou queixas, que, sem fundamento, pelo menos incomodam, quando não vexam;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São considerados nulos e sem efeito os artigos 2.º e 3.º do decreto n.º 14:978, de 1 de Fevereiro de 1928.

Art. 2.º É exigida a aferição dos copos usados na venda de líquidos nos estabelecimentos a que se refere o artigo 10.º do decreto de 1 de Julho de 1911, devendo nos restantes casos ser medidas certas e nas demais condições legais, embora dispensadas da aferição.

Art. 3.º As tabernas são consideradas abrangidas pelo § 1.º do artigo 10.º do decreto de 1 de Julho de 1911.

Art. 4.º A fiscalização no que respeita a vendas para consumo fora dos estabelecimentos só poderá efectivar-se no momento da venda e enquanto o comprador permanecer no estabelecimento.

Art. 5.º Dentro de noventa dias, a contar da data da publicação deste diploma, deverão todos os estabelecimentos interessados ter cumprido as respectivas disposições legais, sujeitando-se os seus proprietários às competentes sanções logo que tenha expirado aquele prazo.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 24 de Março de 1928.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa.*

Inspeção de Pesos e Medidas

Portaria n.º 5:278

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, nos termos do artigo 12.º do regulamento de 23 de Março de 1869, e para os efeitos do artigo 3.º do regulamento de 1 de Julho de 1911, designar a letra V para servir durante o período que decorre desde 1 de Maio de 1928 a 30 de Abril de 1929 no aflamento de todas as medidas e instrumentos de pesar e medir.

O que se comunica a todos os governadores civis dos distritos do continente e ilhas adjacentes, para seu conhecimento e para que o façam constar às câmaras municipais dos mesmos distritos.

Paços do Governo da República, 12 de Março de 1928.— O Ministro do Comércio e Comunicações, *Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Decreto n.º 15:241

As bases orgânicas da administração colonial, aprovadas por decreto n.º 12:421, de 2 de Outubro de 1926, da iniciativa do Ministro das Colónias, comandante João Belo, justificavam-se pela forma seguinte:

As bases orgânicas por que as colónias se têm regido, descendo por vezes a minuciosidades próprias de matéria regulamentar, não conseguiram contudo obstar, durante a sua vigência, à desorganização administrativa financeira em que as colónias se encontram.

A experiência tem assim demonstrado a absoluta necessidade de remodelar a administração colonial.

O Governo, compreendendo essa necessidade, orienta a sua acção nos princípios seguintes:

a) Unidade política do território colonial;

b) Continuação do regime de autonomia administrativa e financeira com uma mais eficaz superintendência e fiscalização da metrópole;

c) Definição, tendente a evitar confusões, da competência da metrópole e dos governos das colónias em matéria legislativa e executiva;